

Dívida Bruta dos Açores ultrapassa os 3 mil milhões de euros

A Dívida Bruta dos Açores atingiu em 2022 os 3.063,5 milhões de euros, segundo revelou ontem o INE.

Como se pode observar no quadro, houve uma melhoria do saldo dos subsectores da Administração Regional da Madeira e da Administração Local, mas no caso da Administração Regional dos Açores, o agravamento do saldo reflete os apoios dados pelo Governo Regional à empresa SATA, Air Açores, no montante de 197 milhões de euros registados como transferência de capital (135 milhões de euros correspondente à concessão de garantias e 62 milhões de euros de aumento de capital).

Adicionalmente, o Governo Regional dos Açores assumiu a dívida de duas empresas públicas no montante de 22,3 milhões de euros também registada em contas nacionais como transferência de capital, explica ainda o INE.

O Quadro 2 do SREA apresenta a capacidade (+) e necessidade (-) líquida de financiamento da Administração Pública da Região Autónoma dos Açores, que foi de -395,1 milhões de euros em 2022 (valor provisório).

O saldo da APRAA Açores, em 2022, voltou a ser condicionado pelas medidas do combate à Covid-19, cujo impacto foi estimado em 42,1 milhões de euros. O resultado é também explicado pela concessão de garantias e injeção de capital do Governo Regional dos Açores (GRA) na empresa SATA Air Açores, S.A., no montante de 135,0 e 62,0 milhões de euros, respectivamente, e pela incorporação, no GRA, de dívida das empresas Lotação, Serviço de Lotas dos Açores, S.A., e Santa Catarina - Indústria Conserveira, S.A., no montante de 14,5 e 7,8 milhões de euros, respetivamente.

Governo fala em melhoria do défice



Sobre este assunto, o Governo dos Açores emitiu a seguinte nota:

“O Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) divulgaram hoje a segunda notificação de 2023 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos de 2022, onde se inclui a informação do Déficit e da Dívida da Administração Pública da Região Autónoma dos Açores.

De acordo com a informação divulgada, a última estimativa do défice do ano de 2022 apresenta uma melhoria de 18,7 milhões de euros, fixando-se o mesmo nos 395,1 milhões de euros, abaixo da estimativa de março que apontava para um défice de 413,8 milhões de euros, e sendo o maior contributo desta redução a revisão em baixo das necessidades de financiamento do Governo Regional dos Açores, a reconfirmar a tendência decrescente verificada nos dois últimos anos.

Mais se refira que, não obstante o stock da dívida comercial em 2022, contraída junto de diversos fornecedores, não ter sofrido qualquer alteração face aos valores provisórios de março, constatou-se que parte dos fornecedores optaram por ceder os créditos que detinham sobre a Região às insti-

Unidade: 10 ⁶ EUR				
	2019	2020	2021	2022
Capacidade (+)/necessidade (-) líquida de financiamento				
- Administração Regional e Local	624,0	- 207,2	- 607,7	- 90,7
Administração Regional da Madeira	38,5	- 128,5	- 213,0	- 142,1
Administração Regional dos Açores	- 74,7	- 372,5	- 385,0	- 395,1
Administração Local	660,2	293,9	- 9,6	446,5
Dívida Bruta				
- Administração Regional e Local	9 965,9	10 646,0	10 856,8	11 199,6
Administração Regional da Madeira	4 662,8	5 112,0	5 077,1	5 008,8
Administração Regional dos Açores	1 956,6	2 405,4	2 708,9	3 063,5
Administração Local	3 346,5	3 128,6	3 070,8	3 127,3

Fonte: INE, Banco de Portugal

Quadro 2 – Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento.

Unidade: milhões de euros	2018 final	2019 final	2020 final	2021 final	2022 provisório
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento	-127,1	-74,7	-372,5	-385,0	-39
Governo Regional dos Açores (GRA)	-121,3	-17,5	-396,6	-383,0	-35
Serviços e Fundos Autónomos (SFA)	-2,2	-6,0	11,6	-19,6	-2
Empresas Públicas incluídas no perímetro da APRAA	-3,7	-51,2	12,5	17,6	-2

tuições financeiras, razão pela qual foi necessário proceder à reclassificação da dívida comercial em financeira, no montante de 40,8 milhões de euros em 2022, passando a mesma a estar incluída no stock da dívida bruta da Administração Pública Regional dos Açores, conforme explicitado no documento hoje divulgado”.

Vasco Cordeiro fala em mau caminho

O Presidente do PS/Açores, Vasco Cordeiro, considerou que a divulgação, ontem, pelo Instituto Nacional de Estatística, do Procedimento dos Défices Excessivos, bem como a actualização da dívida pública dos Açores, pelo Banco de Portugal, constituem mais dois alertas que agravam fortemente a preocupação com a saúde das finanças públicas regionais dos Açores.

“Os dados hoje divulgados pelo INE, referentes a 2021 e 2022, confirmam a razão que temos em estarmos cada vez mais preocupados com as finanças públicas regionais. Aquilo que o INE confirma é que, só nos primeiros dois anos deste Governo Regional, a dívida pública cresceu, em média anual, três vezes mais do que a média anual dos Governos Regionais anteriores. Só em 2021 e 2022, estamos a falar de mais 660 milhões de euros de dívida, o que faz a dívida pública dos Açores passar a barreira dos 3 mil milhões de euros”, referiu o líder socialista.

“Por outro lado, o Banco de Portugal actualizou, também, os seus dados sobre a dívida pública dos Açores em 2023. O que é possível constatar aí é que, segundo o Banco de Portugal, só nos primeiros seis meses deste ano de 2023, a dívida da Administração Regional dos Açores aumentou mais de 263 milhões de euros. Talvez visto de outra forma, a situação fique mais clara: desde que este Governo Regional do PSD, do CDS e do PPM assumiu funções, a dívida pública dos Açores aumentou mais de 920 milhões de euros”, acrescentou Vasco Cordeiro.

“Mas se isso já é um forte alerta quanto ao mau caminho que está a ser seguido pelo actual Governo Regional, também nessa área, a preocupação ainda é maior se atentarmos em alguns factos que, aparentemente, têm passado quase despercebidos. Em 2022, o Governo Regional violou a autorização de endividamento que a Assembleia Legislativa tinha aprovado num valor superior a meia centena de milhões de euros. Fez isso com uma mano-

bra que a leitura da Conta da Região referente a



esse ano desmascara: pediu todo o dinheiro que a Assembleia autorizou, mas amortizou menos de empréstimos anteriores aumentando, assim, a dívida para além do que podia. Em 2023, faz a mesma coisa, quando transfere 20 milhões de euros da verba que era destinada a amortizar empréstimos para a Secretaria da Saúde. Desde o segundo trimestre de 2022, o prazo médio de pagamento a fornecedores tem vindo a degradar-se; a execução do Plano de Investimentos de 2022, ficou-se pela casa dos 60%, e assim, sucessivamente num conjunto de outros indicadores que indiciam que as finanças públicas regionais estão a degradar-se fortemente.” salientou Vasco Cordeiro.

“Para termos uma ideia do mau caminho por onde este Governo Regional está a levar as finanças públicas regionais, basta ter presente o seguinte facto: no final de 2020, a dívida pública dos Açores era de 2.405 milhões de euros. No final de 2022, era de 3.064 milhões de euros. Se os governos regionais do Partido Socialista tivessem gerido as finanças públicas da Região como este Governo está a geri-las, no final de 2020, a dívida pública dos Açores estaria bem acima dos 7 mil milhões de euros.” acrescentou Vasco Cordeiro que é também líder do grupo parlamentar do PS/Açores na Assembleia Legislativa.

“A falácia do endividamento zero é só mesmo isso: uma falácia. Porquê? Porque a dívida passa a estar em cima das famílias e das empresas açorianas com atrasos no pagamento de apoios e atrasos no pagamento a fornecedores e porque, para além disso, como se sabe, o Governo Regional usa isso como desculpa perante terceiros, mas continua a endividar-se, violando o que o Parlamento autorizou e faltando à verdade aos açorianos” concluiu o líder do PS/Açores.